

Impresso
Especial

3600154640/2003 - DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ
CORREIOS



CRMV PR

Conselho Regional de
Medicina Veterinária / PR

N 17 | Ano IV
Out | Nov | Dez | 2005

36 Anos



Stockxpert

Dain Hubley

Especialista
sul-africano
fala sobre
Método
Famacha©



Aspectos legais
da responsabilidade
profissional

Doenças emergentes e seus riscos

Dois grandes eventos vão se encontrar
para romper as barreiras da pecuária.

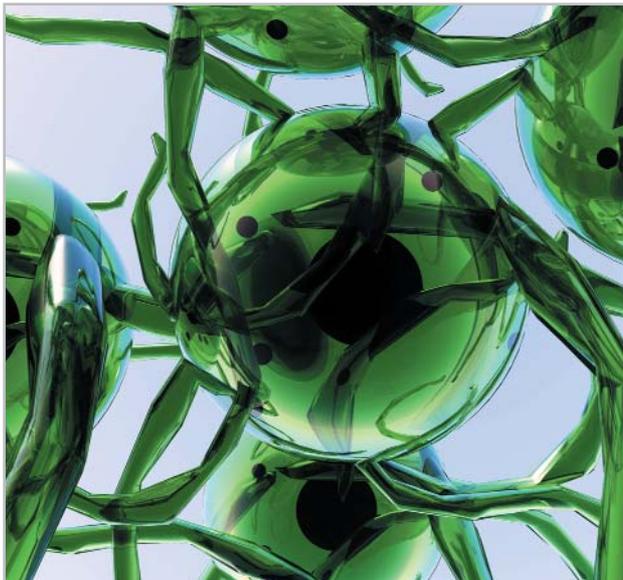
7 a 12 de maio de 2006

Local: Centro de Eventos do Pantanal
Cuiabá - Mato Grosso



www.enipec.com.br

Stockxpert



Materia de Capa
Doenças emergentes e seus riscos
Pág. 12

CRMV-PR 36 Anos

Conselho em ação Pág. 6	Comissão Editorial Os efeitos da estratificação térmica Pág. 17
Geral A vida depois do diploma Pág. 8	Entrevista Método Famacha® Pág. 18
Especial Curso de Zootecnia da UEM comemora 30 anos Pág. 16	Artigos Perfil dos consumidores de leite informal Pág. 20

Coluna Jurídica
Aspectos legais da responsabilidade profissional
Pág. 14



Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Masaru Sugai
Vice-presidente: Nestor Werner
Secretário-geral: Carlos Leandro Henemann
Tesoureiro: Oscar Lago Pessôa
Conselheiros efetivos: Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia e Ricardo Pereira Ribeiro.
Conselheiros suplentes: Adelaide Marina Schaedler, Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral e Sérgio Toshihiko Eko.
Comissão editorial: Carlos Leandro Henemann (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Noemy Tellechea Pansard e Ricardo Pereira Ribeiro.

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná - CRMV-PR
R. Fernandes de Barros, 685 - Alto da XV
Curitiba - Paraná - CEP: 80040-200
Fone: (41) 3263-2511 - Fax: (41) 3264-4085
e-mail: jornalismo@crm-v-pr.org.br

Edição: Gabriela Sguarizi
Jornalista Resp.: Gabriela Sguarizi - DRT-PR 5702
Estagiária: Luiza Sgobero Schuves
Projeto Gráfico: RDO Brasil - www.rdobrasil.com.br
Designer Responsável: Leandro Roth - (41) 3338-7054
Tiragem: 8.500
Fotolito e Impressão: Gráfica Capital

As matérias e artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da Diretoria do CRMV-PR.



CRMV-PR

Editorial



A possibilidade de o Paraná ter febre aftosa gerou inúmeras dúvidas nos profissionais e, em virtude disso, muitos procuraram o Conselho na tentativa de elucidá-las. Nesse período, o CRMV-PR esteve presente em reuniões, congressos e encontros de profissionais para procurar caminhos e estabelecer medidas preventivas que deveriam ser colocadas em prática. Um exemplo foi o XXXII Conbravet, que ocorreu em meados de outubro, em Uberlândia (MG). Lá, elaboramos um documento intitulado “Carta de Uberlândia”, a qual aponta

para o sucateamento da infra-estrutura da Defesa Agropecuária. Um mês depois, os presidentes dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária de todos os estados, reuniram-se, em Brasília, na Câmara Nacional de Presidentes. Na ocasião, aprimoramos o texto e desenvolvemos a “Carta de Brasília”, documento esse que foi divulgado nos jornais de todo o País e no Paraná foi publicado na Gazeta do Povo, dia 29 de novembro.

A “Carta de Brasília” externa o posicionamento do sistema CFMV/CRMVs e propõe algumas ações, tais como: reavaliação e atualização dos sistemas de vigilância e defesa sanitárias, implementação de ações conjuntas em todos os países da América do Sul, contratação de mais médicos veterinários para o quadro funcional e aumento dos repasses públicos para a vigilância, sanidade e inspeção. Outra reivindicação da Câmara Nacional de Presidentes é que o governo reconheça a defesa sanitária animal como assunto de segurança nacional. A íntegra da “Carta de Brasília” também está disponível no nosso site.

Nas viagens pelo interior do Paraná, em contatos com os colegas médicos veterinários da DDSA da Seab-PR constatei a seriedade e o profissionalismo com que eles imprimem nos trabalhos de campo realizados em defesa da sanidade animal, dedicando-se diuturnamente às atividades pertinentes a fiscalização. É o trabalho que a grande maioria da população não conhece, pois é desenvolvido de forma discreta mas sempre muito competente.

No último acontecimento de suspeitas de focos de febre aftosa, os médicos veterinários da Seab-PR foram os verdadeiros heróis em defesa da manutenção de status de estado livre da doença com vacinação. O que competia a eles, com certeza, executaram dentro dos princípios éticos que regem a nossa profissão. Parabéns.

Um Feliz Natal e um ótimo Ano Novo!

Masaru Sugai
presidente do CRMV-PR

Agenda

<p>Curso Teórico-Prático de Ortopedia em Pequenos Animais Dias 22 e 29 de janeiro, 5,12 e 19 de fevereiro, 5,12,19 e 26 de março e 2 de abril de 2006 - Osasco/SP Informações: (11) 6995-9155 www.junaeventos.com</p>	<p>XXVII Congresso Brasileiro da Anclivepa De 21 de maio a 3 de junho de 2006 - Vitória/ES Informações: www.anclivepa2006.com.br</p>
<p>Exponutri 2006 - Feira Internacional de Nutrição Animal De 11 a 13 de abril de 2006 - São Paulo/SP Informações: (15) 3262-4142 www.exponutri.com.br</p>	<p>Fort Pet Vet 2006 - 1º Fórum do Meio-Ambiente De 13 a 15 de julho de 2006 - Fortaleza/CE Informações: (85) 3088-9791 www.aemproeventos.com.br/novo/</p>
<p>6ª Pet Fair - Feira de negócios da Linha Pet e Horse De 11 a 14 de abril - São Paulo/SP Informações: (15) 3262-4142 - www.petfair.com.br</p>	<p>Feira Pet 2006 - Feira Nacional de Produtos e Serviços Linha Pet e Veterinária De 27 a 29 de julho de 2006 - Curitiba/PR Informações: (47) 3372-1748 www.feirapet.com.br</p>
<p>I Encontro Estadual das Inspeções Sanitárias De 4 a 5 de maio de 2006 - Guarapuava/PR Informações: (42) 3623-2234 ou 3623-2252</p>	<p>Rio Vet Trade Show VI Conferência Sul-Americana de Medicina Veterinária De 3 a 6 de agosto de 2006 - Rio de Janeiro/RJ Informações: (21) 3878-1610 ou 3878-2777 www.abma.org.br</p>
<p>1º Congresso Brasileiro de Educação Humanitária De 5 a 6 de maio de 2006 - São Paulo/SP Informações: (11) 3868-4197 www.ninarosa.org/congresso.htm</p>	<p>VI Congresso Internacional sobre Papagaios De 27 a 30 de setembro de 2006 - Espanha Informações: (31) 3530-9171 ou 9145-3815 www.loroparque.com</p>
<p>Enipec e XXXIII Conbravet De 7 a 12 de maio de 2006 - Cuiabá/MT Informações: (65) 3617-4439 www.enipec.com.br</p>	<p>Mais informações: www.crmv-pr.org.br</p>

Transparência no CRMV-PR

		Receitas	
		R\$	%
 <p>CRMV-PR</p> 	Período: de janeiro a julho de 2005	Anuidades de Pessoas Físicas	704.425,31 38,00%
		Anuidades de Pessoas Jurídicas	852.134,93 45,96%
		SUBTOTAL	1.556.560,24 83,96%
		Receitas com Aplicações Financeiras	82.864,63 4,47%
		Receitas com Inscrições	40.412,51 2,18%
		Expedição de Carteiras	10.869,33 0,59%
		Expedição de Certidões	145,77 0,01%
		Expedição de Certificações	36.040,07 1,94%
		Receita de Dívida Ativa	39.879,93 2,15%
		Transferências do CFMV	0,00 -
		Outras Receitas (*)	57.810,01 3,12%
		Alienação de Bens Móveis	29.400,00 1,58%
		TOTAL (A)	1.853.982,49 100,00%
Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	390.282,20	33,64%
(2)*	Material de Consumo	25.916,47	2,23%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	18.676,38	1,61%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	709.391,26	61,14%
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	0,00	-
(6)*	Equipamentos e Material Permanente	15.987,00	1,38%
	TOTAL (B)	1.160.253,31	100,00%
	Superávit Orçamentário (C = A - B)	693.729,18	37,42%
(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição, Multas p/falta RT, Multas p/ausência a Eleição, Indenizações e Restituições, Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas registradas no CRMV-PR.			
Méd. Vet. Masaru Sugai CRMV-PR Nº 1797 Presidente		Fernando Manoel Araújo TC-CRC-PR Nº 16.757 Resp. Contabilidade	
Detalhamento das Despesas			
(1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3 - Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS, Indenizações Trabalhistas;			
(2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/ Máq. e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;			
(3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;			
(4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática, Reparos, Adaptação e Conservação de Bens, Serviços Gráficos, Serviços de Divulgação e Publicidade, Despesas c/ Fiscalização, Congressos e Convenções, Despesas com Educação Contínua, Convênio com o CIEE/PR, Manutenção Internet e Site, Desp. Abastec. veículos, Outros Serviços de Terceiros e Encargos;			
(5)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR;			
(6)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos e som.			

Entrega de cédulas para novos inscritos

Quase todos os meses o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), entrega as cédulas aos novos profissionais inscritos. Além de receber o documento, eles são recebidos na sede do Conselho ou nas delegacias com uma solenidade. Nas cerimônias, o presidente da Autarquia, Masaru Sugai, procura ressaltar a importância do trabalho do médico veterinário e do zootecnista para a sociedade.

No último trimestre, foram celebradas várias cerimônias. No dia 23 de setembro, a entrega foi feita em Curitiba, durante a reunião plenária do Conselho. No dia 8 de novembro, também na sede do CRMV-PR, foi realizada outra solenidade de entrega de cédulas. Na oportunidade, além do presidente Sugai, participou do evento o secretário-geral do Conselho, Carlos Leandro Henemann. No dia 10 de novembro, foi a vez dos profissionais de Maringá receberem o documento. Entre 9 e 10 de novembro, o presidente passou pelas cidades de Campo Mourão, Paranavaí e Jacarezinho, deixando as cédulas nas delegacias. Foram responsáveis pela entrega, os delegados representantes de cada município.



Luiza Schunes

Entrega de cédulas em Curitiba.

CRMV-PR recebe homenagem

A ong SOS Bicho homenageou o CRMV-PR pelo trabalho que vem realizando em favor do bem-estar e da proteção animal. O certificado foi entregue ao presidente do Conselho, Masaru Sugai, nas Faculdades Esseí, em Curitiba, dia 4 de outubro, às 20h.



Certificado da SOS Bicho.

Manual para Publicação de Artigos

A Revista CRMV-PR sempre recebe artigos dos profissionais interessados em difundir sua experiência. Para auxiliar os interessados em publicar seus textos, a Comissão Editorial e a Assessoria de Comunicação elaboraram o Manual para Publicação de Artigos, que estará disponível a partir de janeiro no site do Conselho. O manual visa a organização dos textos, além de esclarecer dúvidas de alguns profissionais quanto à produção dos artigos.

Calendário de RT para 2006

A Comissão de Responsabilidade Técnica, do CRMV-PR, já definiu os próximos locais para continuidade aos Seminários de RT em 2006. As cidades a sediar o encontro serão Curitiba (17 de março), Londrina (28 de abril) e Umuarama (19 de maio). As inscrições já podem ser efetuadas no site www.crmv-pr.org.br

Jockey Club presta homenagem

Médicos veterinários foram homenageados em setembro pelo Jockey Club de Curitiba em virtude do Dia Nacional do Médico Veterinário, comemorado em 9 de setembro. Na ocasião, foram realizados sete páreos alusivos à Medicina Veterinária. Foram eles: Dr. Heliodoro Duboc - Pioneiro da Medicina Veterinária de Equinos do Paraná, Someve, Sindivet-PR, SPrMV, Superintendência Federal do Mapa, Anclivepa-PR e CRMV-PR.

Regulamentação do ENCP está próxima

A exigência de aprovação no Exame Nacional de Certificação Profissional (ENCP) para exercer a atividade de médico veterinário está ficando cada vez mais próxima da realidade. No último dia 4 de outubro, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou parecer favorável ao projeto de lei que dispõe sobre a matéria, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC). Foram 10 votos pelo prosseguimento da proposta. Se a pro-

posta for aprovada pelo plenário do Senado, seguirá à Câmara de Deputados para apreciação, que depois encaminhará para a sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caberá ao Conselho Federal regulamentar a realização das provas.

Atualmente, os profissionais que não são aprovados no exame entram na justiça para conseguirem exercer as atividades de médicos veterinários, pois

não consta na Lei 5.517/68 dispositivo que regule a realização da prova.

Com isso, por intermédio de ordem judicial, conseguem se inscrever no Conselho e atuar no mercado. “O exame é um mecanismo do sistema CFMV/CRMVs que busca assegurar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população”, explica o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai.

XI ENCP

Mesmo com todo esse processo de regulamentação do Exame Nacional de Capacitação Profissional, as próximas avaliações já estão agendadas e os locais definidos. O XI ENCP será realizado, a partir das 9h, do dia 29 de janeiro de 2006 em Curitiba, Bandeirantes, Arapongas, Palotina, Londrina, Maringá, Umuarama, Guarapuava e Campo Mourão.

Para mais informações, acesse o site do CRMV-PR.

www.crmv-pr.org.br

Quem nos deixou:

É com pesar que o Conselho informa o falecimento dos médicos veterinários:

- Dorei Brandão (17/10)
- Onívio Rudolfo Mahlke (27/10)
- Márcia Ayumi Yano (7/11)

Brandão foi docente da UFPR e coordenador de curso da PUCPR; Onívio foi presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná e Márcia era RT na região de Londrina.

Conhecimento: cursos oferecem atualização profissional

Os acordos internacionais de comércio propiciaram ao Brasil, além do crescimento econômico, o intercâmbio de informações e idéias, uma vez que trouxeram a exigência de profissionais bem qualificados e em constante atualização. Foi pensando nisso que o Escritório Regional do Ministério da Agricultura (Erma), em Londrina, resolveu promover pelo menos um curso de atualização por semestre na região. “A idéia é oferecer subsídios técnicos aos profissionais por meio de treinamentos e cursos”, afirma Juarez José Santana, chefe do Erma/Londrina. “A região era carente de profissionais especializados em responsabilidade técnica para a indústria alimentícia, por exemplo, pois havia dificuldade na capacitação”, observa.

Na opinião da médica veterinária Lucimar Gonçalves de Souza, da Associação dos Médicos Veterinários de Londrina e Região, “a cada dia que passa as exigências mudam e precisamos estar atentos, por isso é necessária a capacitação e a reciclagem técnica. Estamos conseguindo viabilizar esse projeto por intermédio das parcerias com universidades, laboratórios e empresas. O Ministério cede a infra-estrutura e as empresas ajudam a arcar com os custos”.

O último curso realizado foi “Programas de garantia de qualidade na indústria alimentícia” o qual teve participação de 50 médicos veterinários, além dos nutricionistas e engenheiros de alimentos.

Novos carros

No mês de novembro, o CRMV-PR adquiriu dois novos veículos para a Seção de Fiscalização. A compra foi realizada por um processo licitatório vencido pela Fiat Automóveis S/A. O Conselho investiu R\$ 69.960,00 nos dois carros modelo Palio ELX 1.4 Flex, que serão utilizados pelas delegacias de Londrina e de Pato Branco. Os dois automóveis são equipados com ar condicionado, direção hidráulica, som e travas elétricas.



A vida depois do diploma...

Oferta de cursos de pós-graduação cresceu 300% no Brasil até 2003

Por: Gabriela Sguarizi
Luíza Schuves

Estamos vivendo na era da informação e do conhecimento que valoriza a formação educacional e a atualização contínua do profissional. Os cursos de graduação, cada vez mais procurados, não são mais um diferencial. A educação continuada pode ser a solução para os profissionais que pretendem se destacar no mercado de trabalho e também se especializar em determinadas áreas.

Algumas universidades do Paraná oferecem cursos de especialização voltados para a área de Zootecnia e de Medicina Veterinária. A abertura de turmas e de cursos é feita com base em pesquisas na comunidade local. Nos levantamentos são apontados o grau de interesse e as áreas que mais agradam os profissionais. Conforme as informações das universidades, pode-se perceber que no Paraná as especialidades que mais chamam a atenção dos profissionais

são aquelas ligadas à nutrição animal, à clínica de pequenos animais e à reprodução de bovinos. Outro ponto que interessa o médico veterinário e o

zootecnista é em relação à infra-estrutura das instituições de ensino.

Conforme dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, o número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação teve um aumento expressivo, uma vez que passou de 37.195 em 1987 para 112.314 em 2003, representando um crescimento de 300% no período.

Apesar dessa expansão, a realidade brasileira ainda está longe da de muitos países. A Alemanha, por exemplo, destacou-se como o país com o maior índice de formação de doutores, tendo atingido um patamar de 30 doutores por 100 mil habitantes ao longo do período 1997-2003. Em contrapartida, no mesmo período o Brasil

é diferente nas regiões do Estado. Em Curitiba e região metropolitana, por exemplo, quem se inscreve nos cursos de pós-graduação da área animal, varia desde profissionais recém-formados até médicos veterinários e zootecnistas experientes. Alunos de todas as idades voltam a ocupar a sala de aula, alguns dois anos após a conclusão da graduação e outros 20 anos depois.

Nas Faculdades Integradas Espírita (Unibem) e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) é evidenciado o

Elaine Borkoski

estava formado 4,6 doutores por 100 mil habitantes. As informações são do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005/2010, da Capes.

O profissional

O perfil do profissional paranaense que busca por uma especializa-

número de jovens. Em compensação, na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), a faixa etária dos profissionais é equilibrada por recém-formados e experientes, segundo dados da própria instituição.

Não tão distante da capital, no norte do Estado, as turmas de pós-graduação possuem outras características. O maior número de universidades na mesma cidade facilita a disseminação dos cursos e a procura variada nas áreas de Medicina Veterinária e de Zootecnia. Este fenômeno que ocorre em Curitiba e na

região metropolitana, ainda não é realidade no interior. A quantidade de alunos jovens e de alunos mais experientes não é tão próxima quanto na Capital. “As turmas possuem mais profissionais recém-formados, cerca de 60%. O número de homens inscritos é maciçamente maior. A maioria das turmas fechadas é composta por profissionais de outras localidades. Os pós-graduandos vêm principalmente do interior paulista, de Mato Grosso do Sul e do próprio interior



paranaense”, salienta Daniel Souza de Oliveira Correia, secretário do Setor de Pós-Graduação em Medicina Veterinária da UEL.

Além de quantidades semelhantes de alunos inscritos nas diferentes faixas etárias, atualmente a procura é igual para profissionais dos sexos feminino e masculino. “Há cerca de 30 anos, a área animal era praticamente restrita ao sexo masculino. As mulheres buscaram seu espaço e hoje dividem as salas de aula e o mercado de trabalho com os colegas do sexo oposto”, conta o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai.

Para o professor Rodrigo Mira, coordenador do curso de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Campus Curitiba, a procura pelos cursos de especialização é feita na sua maioria por profissionais da área de Medicina

Veterinária. “Os zootecnistas também se interessam, porém representam um número menor, já que se trata de um ramo mais recente, ainda em adaptação no mercado de trabalho e nas universidades”, conta Mira. O professor ainda ressalta que os cursos mais procurados na instituição são os de especialização em cirurgia, clínica e anestesiologia de animais de companhia e animais selvagens.

Falta de interesse...

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), a Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) não oferecem cursos de pós-graduação nas áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia devido à falta de procura. A Unicentro e UEM chegaram a ofertar vagas em outras épocas, porém o número de inscrições foi baixo e as turmas não chegaram a se formar. Segundo a coordenação de especialização da UEM, novos cursos serão ofertados somente em casos de grande procura.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) implantou

A Alemanha destacou-se como o país com maior índice de doutores, atingindo um patamar de 30 doutores por 100 mil habitantes ao longo do período 1997 - 2003.

recentemente o curso de Zootecnia e não abrirá turmas para especialização até a formação da primeira turma.

Mesmo com a falta de oferta de cursos em algumas instituições, há universidades do Paraná que estão se preparando para receber novos alunos e para mantê-los por meio de projetos como a educação continuada, os quais primam pela permanência do processo de aprendizado do profissional.



Direitos Trabalhistas

Por: Sindivet

Muitas questões têm sido levantadas pelos médicos veterinários nos últimos meses, assim, seguem algumas informações sobre os direitos trabalhistas.

Qual é o salário mínimo que deve receber o médico veterinário?

De acordo com a lei 4.950-A/1966, em seus artigos 5º e 6º o valor mínimo que um médico veterinário deve receber é de 6 (seis) salários mínimos para uma jornada de 30 horas semanais (6 horas diárias). Para quem trabalha 8 horas por dia (40 horas semanais) o valor do salário é de 8,5 (oito e meio) salários mínimos, e para 44 horas semanais o valor é de 9,15 (nove vírgula quinze) salários mínimos.

Os valores podem ser verificados na tabela 1:

Tabela 1

Horas Semanais	Salários Mínimos	Valor Atual
30 h	6 (seis)	R\$ 1.800,00
40 h	8,5 (oito vírgula cinco)	R\$ 2.550,00
44 h	9,15 (nove vírgula quinze)	R\$ 2.745,00

Se qualquer médico veterinário devidamente diplomado e contratado para exercer funções específicas desta função, obrigatoriamente, deve receber os pisos acima especificados. Recebimentos à menor podem gerar determinação judicial para a correção da remuneração.

Qual a base de cálculo do adicional de insalubridade?

De acordo com a súmula nº 17 restaurada pelo Tribunal Superior do Trabalho em 25.11.2003, a base de cálculo do adicional de insalubridade é o piso da categoria. Este piso pode ser pactuado nas Convenções Coletivas de Trabalho ou por Lei (nº 4.950-A/1966 – anteriormente detalhada). Assim, de

acordo com a planilha acima, os valores do adicional de insalubridade serão de acordo com o seu grau (mínimo, médio ou máximo) - vide tabela 2:

Tabela 2

Horas Semanais	Sal. Mín.	Grau Mín. (10%)	Grau Médio (20%)	Grau Máx. (40%)
30 h	6 SM	R\$ 180,00	R\$ 360,00	R\$ 720,00
40 h	8,5 SM	R\$ 255,00	R\$ 510,00	R\$ 1.020,00
44 h	9,15 SM	R\$ 274,50	R\$ 549,00	R\$ 1.098,00

Em havendo recebimentos inferiores a estes valores, de acordo com a quantidade de horas semanais trabalhadas, poderá o trabalhador interpor ação na Justiça específica para requerer o ajuste no pagamento, bem como o recebimento das parcelas vincendas.

Quais são as datas para pagamento do 13º salário?

A gratificação natalina está prevista na Lei nº 4.749/1965, e não na CLT como muitos acreditam. Esta norma prevê que o 13º salário deve ser pago em duas parcelas iguais, a primeira com vencimento até 30 de novembro e a segunda até o dia 20 de dezembro. Esta primeira parcela o empregador pode quitá-la entre o período de 1º de janeiro a 30 de novembro, sendo que o pagamento para um de seus empregados antes do prazo final, não acarreta na obrigação de pagamento para os demais.

Todavia, o empregado pode requerer que o pagamento esta primeira parcela ocorra juntamente com o início

do gozo de suas férias, basta notificar o empregador de seu desejo, através de carta a ser entregue sempre no mês de janeiro de cada ano.

Visite nosso site!!!

O Sindivet-PR agora está na Internet! Para conhecer a nossa página e obter informações atualizadas sobre temas de interesse da classe, basta acessar o endereço www.sindivetpr.com.br

O Sindivet-PR, por meio de uma ação conjunta e efetiva, está estabelecendo convênios e parcerias que beneficiam os seus associados. Os interessados deverão acessar o link Convênios que aparece no menu do nosso site. Estamos acolhendo sugestões para a melhoria de nossa homepage. Além das sugestões, podem ser enviadas notícias para ser divulgadas.

Sindivet nas universidades

O presidente do Sindivet-PR, Cezar Amin Pasqualin, proferiu palestra para os acadêmicos de Medicina Veterinária da Unicentro, em Guarapuava, a convite do professor. Jorge Favaro. Esta ação faz parte do planejamento anual qual seja a divulgação do Sindivet-PR e futuro profissional. A diretoria do Sindivet-PR deverá intensificar para o ano de 2006 contatos e palestras com os professores e acadêmicos dos cursos de Medicina Veterinária.

Novas práticas no cuidado animal

Tratamentos menos drásticos são bem-vindos, afirma o presidente da Anclivepa-PR.

Por: Gabriela Sguarizi
Luiza Schuves

Uma das áreas que mais cresce dentro da Medicina Veterinária é a de pequenos animais. Os profissionais se deparam com novos procedimentos e tratamentos em curtos períodos de tempo. Uma opção para quem trabalha com animais de companhia é a terapia alternativa, ou seja, tratamentos complementares como a fisioterapia, a acupuntura entre outros. “Os tratamentos complementares são positivos para a Medicina Veterinária. Tudo que vem a beneficiar a saúde do animal, com tratamentos menos drásticos é bem-vindo”, opina o presidente da Anclivepa-PR, Jorge Luiz Schemiko. Em São Paulo, por exemplo, já existem clínicos de pequenos trabalhando com cromoterapia e Reiki, imposição das mãos com o objetivo de transmitir energia.

Além de ser uma área em crescimento e que oferece um campo novo de trabalho, esses procedimentos servem como complemento para a Medicina Veterinária convencional. Para a médica veterinária Marcela Martins, que trabalha com acupuntura, a aceitação dos donos dos animais quanto ao método aumentou muito nos últimos anos. Segundo a especialista, a acupuntura não tem contra-indicação e pode ser aplicada em qualquer situação. A melhora do animal pode ser verificada durante a realização do tratamento, “podendo ser percebida uma mudança do quadro do animal já na terceira sessão. Porém, isso depende da situação e do estágio da patologia do animal”, afirma a profissional.

“A aceitação dos tratamentos complementares está aumentando rapidamente e isto se deve principalmente ao trabalho dos clínicos, pois são eles



Além de ser uma área em crescimento e que oferece um campo novo de trabalho, esses procedimentos servem como complemento para a Medicina Veterinária convencional.

quem indicam a fisioterapia e outros métodos para a continuação de um tratamento clínico ou um processo cirúrgico”, garante o médico veterinário Fábio Henrique Dequeche, especialista em fisioterapia de animais de companhia. Dequeche salienta que dentro da fisioterapia podem ser utilizadas diversas modalidades, conforme a necessidade e a situação do animal. Os métodos mais utilizados são a massagem, para o relaxamento da musculatura do animal, podendo ser aplicada antes dos exercícios de fisioterapia; a cinesioterapia, que consiste na movimentação do corpo do animal, também indicada para o relaxamento e, em alguns casos, podem ser aplicados também o laser, ultra-som e a hidroterapia.

Em Curitiba, o Instituto Brasileiro de Therapias e Ensino (Ibrate) oferece a formação em acupuntura para alunos do 4º e 5º ano de Medicina Veterinária. O curso tem a duração de 13 meses e está

sendo ministrado pelo quinto ano consecutivo. Conforme Marcela Martins, que também leciona na instituição, a procura aumenta todos os anos.

Já na área de fisioterapia não há nenhum curso de formação ou educação continuada no Paraná. A Associação Nacional de Fisioterapia Veterinária (Anfivet), que promove cursos e palestras sobre o assunto, concentra os eventos na cidade de São Paulo, onde há o maior número de médicos veterinários especializados em fisioterapia. Para Fábio Dequeche, membro da associação, a medida que a classe solicitar cursos para a área da fisioterapia, a associação poderá trazer os eventos para Curitiba. “É importante que os profissionais que desejam seguir o ramo de terapias alternativas estudem, capacitem-se. A sociedade espera e precisa de profissionais bem qualificados”, finaliza o presidente da Anclivepa-PR, Jorge Luiz Schemiko.

Doenças emergentes e seus riscos

Exames, sacrifícios, indenizações, impactos econômicos e sociais integram o cenário.

Cristiane Borges



Por: Gabriela Sguarizi

Desde o dia 10 de outubro, dia da confirmação do foco de febre aftosa em Eldorado (MS), muitos profissionais do setor pecuário perderam o sono. A possível vinda da doença ao Estado alertou as autoridades paranaenses para perigo que poderia ser causado ao rebanho bovino estadual de 10 milhões de cabeças. Montagem de barreiras sanitárias e interdição de algumas propriedades foram as primeiras medidas tomadas para evitar a chegada e/ou propagação do vírus. Segundo informações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), foram implantadas 30 barreiras nas divisas com o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Argentina e Paraguai para controlar o trânsito de produtos, subprodutos e animais, além das barreiras volantes animal e vegetal.

A suspeita que a febre aftosa também poderia estar no Paraná surgiu quando os técnicos da Seab rastreamos animais oriundos de regiões próximas ao foco de Mato Grosso do Sul e identificaram alguns animais com lesões compatíveis a de doenças vesiculares.

“Sempre que identificamos um animal com doença vesicular precisamos notificar ao Ministério da Agricultura”, relata o chefe da Divisão de Defesa da Sanidade Animal, Alvarez Cherubini. Ele conta que “aí fizemos uma notificação como suspeita, porque só poderemos dizer que o animal está com febre aftosa quando se tiver um laudo laboratorial que confirme a suspeita. Se o exame der negativo ele também pode ser inconclusivo, como o Ministério da Agricultura disse, porque existe um histórico epidemiológico que precisa casar com sintomas clínicos e com o resultado”.

Outro ponto que confunde muitos profissionais é em relação à realização de exames laboratoriais no Pará. O que ocorre é que, seguindo critérios sanitários da Organização Internacional de Epizootias (OIE), não se pode manipular vírus em áreas livres da doença, pois se ocorrer um escape haverá contaminação de outro local. “O Pará é uma área que tem febre aftosa, por isso lá se pode manipular o vírus e realizar exames”, exemplifica Cherubini. A OIE é responsável pela padronização dos métodos de diagnóstico e das metodologias de vacinas,

além de responder pela difusão das informações sobre a situação da doença nas nações membros. Foi criada, em 1924, com o objetivo de promover a saúde animal e o comércio seguro.

Também é recomendação da OIE sanear o mais rápido possível o foco para evitar a propagação da doença. “Hoje, o meio mais fácil, barato e rápido é sacrificando todos os animais da área, porque eles tiveram contato, uma vez que estão na propriedade. Então, você saneia o foco e, em seis meses, o estado pode ser considerado novamente livre. Se não fizermos isso, pode-se demorar de dezoito meses a dois anos para ser considerada área livre da aftosa com vacinação”, alerta o médico veterinário Alvarez.

No entanto, o assunto sacrifício gera ainda mais questionamentos em relação às indenizações do Estado para com os criadores. Conforme a Seab, hoje o Paraná conta com aproximadamente R\$ 18 milhões para indenizar os produtores que tiverem seus animais sacrificados. Mas, eles só poderão receber o dinheiro mediante apresentação de um laudo laboratorial confirmando a existência da febre aftosa no território paranaense. Sem o laudo, os produtores não poderão ser indenizados. Mesmo assim, ainda existem outras ressalvas que merecem destaque, como por exemplo, animais geneticamente melhorados. Alvarez Cherubini alerta que as indenizações “obedecem à legislação atual, a qual não vê a parte genética. Ela não paga pela parte genética”, reafirma. A verba destinada às indenizações é do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário (Fundeppec).

Nosso papel

O Paraná tem 214 mil propriedades de criação de bovinos, são 124 unidades veterinárias responsáveis pela fiscalização dos rebanhos e 113 médicos veterinários espalhados pelo Estado. Voltado para o agronegócio, o Paraná precisa de uma fiscalização eficiente na vacinação. Segundo dados da

Seab, 98,72% dos animais foram vacinados em 2004. Apesar disso, existem várias críticas em relação ao processo de comprovação da sanidade dos animais. Alguns alertam para a falta de honestidade dos criadores, outros alegam desconhecimento das normas. “Hoje, a vacinação acontece da seguinte maneira: o produtor compra a vacina, recebe a nota fiscal e vai à unidade veterinária comprovar a sua vacinação. Ele pode, se não for uma pessoa consciente, comprar e jogar fora o conteúdo e comprovar a vacinação. Isso infelizmente a gente não tem como estar em todas as propriedades”, salienta Cherubini. A opinião é compartilhada pelo superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná, Valmir Kowalewski de Souza, para quem “se isso acontecer, o responsável técnico tem a obrigação de denunciar aos órgãos competentes, conforme prevê a legislação”. Kowalewski acredita que “os principais interessados em manter a sanidade do rebanho são os criadores”. Por isso, é importante a presença de responsáveis técnicos bem qualificados nas propriedades rurais e nas casas agropecuárias.

“Os médicos veterinários e zootecnistas precisam esclarecer a população em relação aos perigos e cuidados que devem ser tomados”, diz o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai, ressaltando a importância da atuação ética e com responsabilidade no cumprimento de suas atividades técnicas dos profissionais paranaenses. “Por isso estamos acompanhando ativamente os trabalhos dos médicos veterinários em todo o Estado”, garante Sugai.

“Isso começa da consciência da casa agropecuária e do próprio veterinário, muitas vezes o nosso veterinário é culpado, porque muitos colegas hoje querem ter um emprego e querem só assinar pela casa. Eu vivenciei um fato assim. Uma vez cobrei de uma casa agropecuária a presença do veterinário responsável. Eu fui três, quatro vezes e não conseguia falar com o veterinário. Eu queria falar com ele, pois era ele quem podia me dar as informações que eu precisava, uma vez que era o responsável técnico do estabelecimento. É importante a presença dele lá, zelando pela conservação de produtos veterinários, tudo isso aí

quem tem a responsabilidade é o responsável técnico. Não adianta chegar num balconista e querer exigir que ele entenda que aquele produto não pode ser usado. Mas, também não adianta ter um responsável que assina e que não está lá”, exclama Alvarez. Algumas casas agropecuárias, utilizando-se de artifícios meramente judiciais, entraram na justiça para solicitar a desobrigação de se cadastrar ao CRMV-PR e de contratar médicos veterinários como responsáveis técnicos, mesmo tendo a obrigação legal de possuir registro e Anotação de Responsabilidade Técnica. O processo ainda está em tramitação.

“Os principais interessados em manter a sanidade do rebanho são os criadores”, afirma Valmir Kowalewski.

Influenza aviária

Outra doença que está atormentando a tranquilidade de muitos profissionais é a Influenza Aviária, também conhecida como Gripe das Aves. Depois de causar 689 mortes e infectar 131 pessoas, o vírus H5N1 é responsável pela morte de mais 146 mil aves e pelo sacrifício de outras 21 milhões. “O Brasil tem feito, através do Ministério da Saúde, da Anvisa e do Ibama, alguns procedimentos no sentido de fazer mapeamento de aves migratórias e fazer a coleta de material para exame laboratorial para fazer um monitoramento de aves selvagens. O grande perigo reside em aves selvagens trazerem o vírus aos plantéis avícolas daqui e fazer um início de foco no País”, destaca o superintendente Kowalewski.

“A Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef) fez uma estimativa do impacto econômico

e social que a chegada da doença causaria ao País. Chegou à cifra de R\$ 73 bilhões em prejuízos diretos e indiretos”, alerta o chefe da Seção de Sanidade Avícola, da Seab, Odilon Baptista Filho. “Em 2004, o Brasil exportou R\$ 5 bilhões em frangos. Ou seja, para repor o prejuízo levaríamos de 12 a 15 anos”, conclui. O Paraná é responsável por 25% da exportação nacional de carnes de aves. “Além da Influenza Aviária, ainda temos o problema da New Castle que também é uma zoonose”, lembra Odilon.

Para ele, a melhor alternativa é a regionalização da sanidade avícola. A idéia surgiu durante reunião oficial, em Foz do Iguaçu, entre representantes do setor avícola privado e autoridades públicas. “Teríamos um trabalho muito forte entre a iniciativa privada na cadeia produtiva com os segmentos públicos da área agrícola - estados, municípios e governo federal. Cada estado adotaria um grupo executivo para tratar as emergências avícolas. Isso implica em normatizar o trânsito e observar as normas de biossegurança”, conta Kowalewski. “As medidas da regionalização fariam com que o episódio sanitário se restringisse a uma área localizada, ao contrário do que ocorre hoje”, complementa Odilon.

A padronização sanitária está sendo implantada em todo o território brasileiro, mas, até janeiro de 2006, já deve estar em funcionamento nas regiões Sul e Sudeste. O conjunto das medidas preventivas prevê o cadastramento com GPS de propriedades avícolas de reprodução e de produção com plantéis acima de 400 aves; implantação de dez corredores sanitários; instituição do Grupo de Atendimento Sanitário Emergencial (Gease) e da equipe de auditoria da regionalização sanitária; criação de designação de 20 unidades veterinárias com ênfase em sanidade avícola e também criação de designação de fiscais regionais de sanidade avícola. E, ainda, viabilização de recursos financeiros e humanos; promoção de cursos de treinamento; implantação de fundo de indenização para os plantéis avícolas sacrificados e estruturação de rede de competência nas instituições oficiais de ensino do Estado nos cursos de Medicina Veterinária.

Responsabilidade Ético-Profissional do médico veterinário e do zootecnista: aspectos legais

Por: Carlos Reinhardt Junior
Leonardo Z. Serafini
Assessores jurídicos do CRMV-PR

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná tem por atribuições legais a fiscalização do exercício da profissão do médico veterinário e do zootecnista, nos termos do artigo 7º da Lei 5.517/1968 e artigo 4º da Lei 5.550/1968.

A fiscalização do exercício profissional envolve não só a inscrição das pessoas físicas e o registro das pessoas jurídicas que exercem atividades de competência destas profissões. Como ensina Jorge Antônio Maurique, os conselhos devem velar pelas prerrogativas da profissão e fiscalizar a atuação dos profissionais nele inscritos do ponto de vista ético, tendo em vista a proteção da sociedade.

O controle ético da atuação profissional é, então, uma das razões da existência do CRMV/PR. Esta importância deve-se diretamente à necessidade de os profissionais que exercem atividades relativas à Medicina Veterinária e à Zootecnia pautarem seu exercício profissional dentro de parâmetros éticos, cuja violação gera prejuízos à coletividade.

As infrações à ética profissional são condutas incompatíveis com o bom desenvolvimento das atividades profissionais. Seus parâmetros estão estabelecidos nos Códigos de Ética-Profissional. No caso da Medicina Veterinária e da Zootecnia os respectivos códigos foram criados pelas resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária 722/2002 e 413/1982.

Os códigos prevêm as hipóteses em que os profissionais podem ser sancionados por adotarem condutas

que violam as regras morais e jurídicas que regem as profissões.

Assim, exemplificativamente, o médico veterinário pode ser sancionado por atos que, no exercício da profissão, com dolo ou culpa, causem dano ao paciente ou cliente e, principalmente, se praticar atos profissionais que caracterizem a imperícia, a imprudência ou negligência; se delegar a outros, sem o devido acompanhamento, atos ou atribuições privativas da profissão; se deixar de esclarecer ao cliente sobre as conseqüências socioeconômicas, ambientais e de saúde pública advindas das enfermidades de seus pacientes; se praticar qualquer ato profissional sem consentimento formal do cliente, salvo em caso de iminente risco de morte ou de incapacidade permanente do paciente; dentre diversas outras condutas previstas no Código.

Outro exemplo é a obrigação de que a publicidade e a divulgação dos serviços seja feita em termos elevados e discretos, bem como que sejam divulgadas apenas especialidades comprovadas, além de outras regras sobre o assunto.

A infração à ética profissional apresenta natureza de infração administrativa. As sanções aplicáveis estão previstas na Lei 5.517/1968, podendo ser aplicadas, de forma graduada, a advertência confidencial, a censura confidencial, a censura pública, a suspensão do exercício profissional e a cassação do exercício profissional.

Tratando-se de infrações administrativas, destacam-se três conseqüências. Primeiro: a natureza da responsabilidade do profissional é subjetiva. Ou seja, a conduta (que também pode ser uma omissão) deve

ter sido adotada com dolo (intenção de obter aquele resultado) ou com culpa, através de imperícia, negligência ou imprudência. Segundo: a sanção só pode ser aplicada ao profissional dentro de um processo administrativo no qual lhe seja garantida a ampla defesa e o contraditório.

Ou seja, o processo deve permitir que o profissional tome conhecimento de todas as decisões e documentos nele constantes e deve permitir ao profissional a produção de provas para comprovar sua inocência. Terceiro: tendo conhecimento de uma infração à ética profissional, o CRMV/PR tem o dever de apurar o caso e, constatando a violação, aplicar a sanção. Não é uma faculdade do CRMV/PR a verificação da ocorrência da infração e aplicação ou não da sanção; trata-se de uma obrigação legal.

É de grande relevância para a sociedade que os médicos veterinários e os zootecnistas adotem condutas dentro dos padrões ditados pelos Códigos de Ética das respectivas profissões.

A sociedade, ao eleger estas profissões como atividades objeto de especial fiscalização e controle, reconheceu sua importância para o convívio coletivo, demandando que os profissionais atuantes sejam íntegros em seu trabalho. As mais variadas áreas da vida em sociedade dependem de profissionais que zelem pelos resultados da aplicação de seus conhecimentos. A assistência técnica e sanitária aos animais e as questões de saúde pública são exemplos da relevância da atuação profissional que demandam condutas pautadas pela ética, com respeito às determinações constantes nos Códigos de Ética Profissional.

Seminário reúne diretores e coordenadores de curso



Gabriela Sguarzi

Membros da Comissão com a palestrante Maria Mitsuko Okuda.

A Comissão Estadual do Ensino da Medicina Veterinária, do CRMV-PR, promoveu o 3º Seminário Estadual de Ensino da Medicina Veterinária, em Londrina, de 26 a 28 de outubro. O encontro reuniu diretores e coordenadores das instituições de ensino da área para discutir questões inerentes à avaliação e metodologia do ensino e à residência na área. “Nos encontramos para debater as condições do ensino no Estado e também elaborar medidas que visem a melhoria da qualidade dos cursos”, diz o presidente da Comissão, professor

Ítalo Minardi. Além dele, a Comissão é formada pelos professores Nilva Maria Freres Mascarenhas, Edson de Azevedo Ribeiro, Waldir Hamann, Rodrigo Távora Mira, Ricardo Coelho Lehmkuhl, José Francisco e Luiz Paulo Rigolon.

Realizado no Hotel Sumatra, a Comissão trouxe Maria Mitsuko Okuda, consultora do MEC/INEP e docente aposentada da Universidade de Goiás (UFGO), para falar sobre Avaliação do Ensino. Maria apresentou formas, instrumentos e técnicas para a me-

lhora da avaliação do ensino. “A avaliação educacional é um processo contínuo e sistemático de descrição e julgamento de mérito e valor”, orienta Maria, ressaltando a importância do projeto pedagógico para o bom andamento das disciplinas.

Outro palestrante foi o professor Antonio Felipe Wouk, médico veterinário paranaense que compõe a Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária do CFMV. Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Wouk abordou a importância da residência para a qualidade da formação profissional. Na opinião dele, “a residência valoriza a educação das instituições de ensino superior”.

No último dia do encontro (28), a palestrante foi a professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Neusi Aparecida Berbel, do Departamento de Educação. A docente apresentou o tema “Metodologia da problematização: características e aplicações em Medicina Veterinária”.

Reunião aborda bem-estar animal e zoonoses

Nortear as ações dos profissionais em relação ao controle da população animal, tentando diminuir conflitos entre as ações de saúde pública e respeito ao bem-estar animal. Esse foi o teor da reunião da Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal, do CRMV-PR, realizada dias 14 e 15 de novembro, no Instituto de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, em Curitiba. Com a presença de profissionais de todo o Estado, os membros da Comissão coletaram dados, idéias e relatos para, mais tarde, desenvolver um documento que será publicado em forma de cartilha de orientação aos profissionais.

“Ao invés de cuidar dos animais, nós como veterinários estamos matando-os”, afirma o presidente da Comissão, Paulo Guerra. Ele explica que por muito tempo a medida mais difundida para o controle da população animal e também das zoonoses era o extermínio dos cães e gatos. “Entretanto, a sociedade não aceita mais essa prática. Além disso, essa não é a solução, assim como não basta apenas castrar os animais”. Guerra defende ações conjuntas tanto por parte da



Alexander Biondo

O encontro reuniu profissionais de todo o Paraná, em Curitiba.

sociedade, quanto por parte dos órgãos competentes, “que vão desde medidas de controle de natalidade até a guarda responsável”, esclarece.

O posicionamento dos Centros de Controle de Zoonoses perante a sociedade também foi bastante debatido entre os participantes. Na opinião deles, é preciso dar um novo foco para os órgãos, uma vez que a missão dos centros é estudar, pesquisar e propor ações de controle para os mais de 200

tipos de doenças catalogadas.

A Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal é formada por Ênio Celso Heller, Isabel Passos Puzyna, Ricardo Simon, Carlos Leandro Henemann, Kung Darh Chi, Homero Rogério Arruda Vieira, Eric Koblitz, José Edivaldo Bonacim, Flávia de Mello Wolff, Leonardo Napoli, Wagner Luiz Bueno, Alexander Welker Biondo, Carla Forte Molento, Regina Utime, além do presidente Paulo Guerra.

Curso de Zootecnia da UEM comemora 30 anos

Graduação cinco estrelas e pós-graduação de inserção internacional.

Por: Cláudio Scapinello
Chefe de Departamento da UEM;
Odinete Murari
Vice-chefe de departamento

O curso de Zootecnia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criado pela Resolução 28, de 28 de outubro de 1974, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Na sua criação, o curso ficou vinculado ao Departamento de Biologia, no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, cujo diretor na época era o professor Basílio Bacarin, entusiasta da Zootecnia e que teve importante participação, não apenas no momento da sua criação, como também na sua fase de estruturação durante os primeiros anos.

Em 4 de novembro de 1974, foi publicada a Resolução 6, do Conselho Universitário – órgão máximo da universidade – que autorizou a implantação do curso de Zootecnia, tendo a primeira turma iniciado as atividades didáticas em março do ano seguinte. Os primeiros contratados pela universidade foram os professores Ivan Moreira e Elias Nunes Martins, recém-graduados em Zootecnia, pela Universidade Federal de Viçosa, os quais tiveram papel muito importante na elaboração do projeto e na contratação do quadro inicial de docentes que permitiram, mais tarde, a criação do Departamento de Zootecnia.

Nesse processo de estruturação, a filosofia foi formar um corpo docente com profissionais oriundos das principais universidades do Brasil. Isto tinha por finalidade criar vínculos com os cursos já consolidados no País e, ainda, manter um ambiente com diversidade de experiências de forma a gerar complementação entre as diferentes áreas que compõem a especialidade. Essa filosofia de integração multidisciplinar se deu também por meio do envolvimento de professores de diversos departamentos da UEM, o que resultou, desde o princípio, na participação efetiva de conceituados pesquisadores de outras áreas nas atividades de ensino e pesquisa. O reconhecimento do curso ocorreu com o Decreto Federal 82.674, de 21 de novembro de 1978, antes mesmo da conclusão do curso da primeira turma, que ocorreu em dezembro do mesmo ano. A partir do início da década de 80 houve um investimento maciço na capacitação do corpo docente, em nível de pós-graduação, inicialmente no mestrado e, em seguida, no

doutorado num projeto que envolveu todos os professores do Departamento. A capacitação dos docentes seguiu a mesma filosofia que orientou a contratação, quando da criação do curso. Os títulos de mestre e doutor foram obtidos nas principais universidades brasileiras e, inclusive, no exterior, de forma a garantir um alto nível do recurso humano e uma visão multidisciplinar nas linhas de pesquisa que, mais tarde, seriam implementadas.

Essa filosofia que orientou tanto a contratação quanto a capacitação do corpo docente permitiu a verticalização do curso de Zootecnia, por meio da criação do Programa de Pós-graduação em Zootecnia, em 17 de maio de 1993, tendo iniciado suas atividades com o mestrado, em setembro daquele mesmo ano. Em março de 1999 foi implantado o curso de doutorado. Atualmente o corpo docente do Departamento de Zootecnia, um dos mais qualificados da Universidade Estadual de Maringá, é formado por 34 docentes, dos quais 32 têm título de doutor, um está em doutoramento e apenas um docente mestre. Entre os professores doutores, nove participaram de programas de Pós-doutoramento nos mais avançados centros de pesquisa da França, Estados Unidos e Canadá. Deve ser mencionado, também, que 18 professores do Departamento, ou seja, 56% dos doutores, fazem parte do grupo de pesquisadores do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que premia os pesquisadores com maior produtividade científica das instituições de ensino e pesquisa.

Como reflexo do alto nível de formação do quadro docente e da produção científica, tanto a graduação em Zootecnia quanto o programa de pós-graduação são avaliados entre os melhores do País, mesmo se considerarmos sua jovialidade, comparado aos cursos das universidades tradicionais na área. Neste sentido, merecem destaque o Prêmio “Melhores Universidades”, publicado no Guia do Estudante, da Editora Abril, em outubro deste ano, que classifica a graduação em Zootecnia da UEM como “5 estrelas”. O Programa de Pós-graduação em Zootecnia (PPZ) na última avaliação da Capes, em 2004, foi considerado como programa de inserção internacional, com nota 6 (máxima 7), constando entre os quatro melhores programas de pós-graduação do País na área. Essas avaliações consideram as atividades de pesquisa, publicação científica,

ca, formação de recursos humanos, nível de treinamento do corpo docente, infra-estrutura, entre outros.

Durante esses 30 anos de atividades, foram graduados 1.071 zootecnistas, 162 mestres e 37 doutores, com atuações em empresas públicas e privadas, contribuindo, de forma decisiva, para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. No momento, encontram-se matriculados 369 alunos na graduação, 49 alunos no mestrado e 53 alunos no doutorado. A infra-estrutura do Departamento de Zootecnia é outro fator relevante. Nesse aspecto o Departamento de Zootecnia conta, para suas atividades de ensino e pesquisa, com nove laboratórios, uma Fazenda Experimental, em Iguatemi, um Centro de Treinamento e Pesquisa, na Cidade Gaúcha, e uma Estação de Piscicultura, em Floriano.

O alto nível de formação do corpo docente permitiu, desde o princípio, a aprovação de projetos em diversos órgãos públicos de fomento a pesquisa como CNPq, Fundação Araucária, Finep, além de cooperativas e empresas privadas que permitiram o aparelhamento dos laboratórios e a produção de pesquisa de ponta em diversas áreas da Zootecnia. As linhas de pesquisa do Departamento de Zootecnia são as seguintes: Determinação de exigências nutricionais em animais ruminantes e não-ruminantes; Avaliação de alimentos: alimentos convencionais, resíduos e subprodutos da agroindústria regional e aditivos para animais ruminantes e não-ruminantes; Estudo da interface: nutrição – ambiente – comportamento animal – reprodução; Avaliação da qualidade de conservação e valor nutricional de silagens e fenos; Metodologias para estimação de consumo por animais em pastejo; Ecofisiologia e sistemas de produção de plantas forrageiras e desempenho de animais em pastagens; Avaliação genética e programas de seleção e cruzamentos; Controle da qualidade da água e produção em aquíicultura; Caracterização e desenvolvimento de linhagens para cultivo aquícola; Comportamento, produção e polinização com abelhas, e Tecnologia de processamento de peles de animais de pequeno e médio portes.

Os contatos com o Departamento de Zootecnia poderão ser realizados por telefone (44) 3261.4348 ou pela página na internet www.dzo.uem.br.

Os efeitos da estratificação térmica da água na piscicultura

Por: Ricardo Pereira Ribeiro
Conselheiro e membro da Comissão Editorial. Zootecnista, Ribeiro é doutor em Piscicultura e professor da UEM.

A água é o composto considerado como a essência da Terra e domina por completo a composição química de todos os organismos, além de ser o meio onde vivem os peixes. Sendo assim especificamente, as suas características regulam eficazmente o metabolismo do ecossistema a variações climáticas e geográficas. Essas variações são decorrentes da interação.

Propriedades físico-químicas da molécula de Água:

- Calor Específico - quantidade de calor necessário para elevar em um grau centígrado, um grama de água. Por definição corresponde à uma caloria (1,0 cal), este valor é considerado alto;

- Calor de vaporização - a água possui um alto valor para esta característica, sendo que a 10°C é de 540 cal/g.

- Viscosidade - capacidade de oferecer resistência ao movimento. Com 30°C a água tem a metade da viscosidade que à cinco graus centígrados. Portanto a viscosidade diminui com a temperatura;

- Densidade - a água apresenta densidade variável, de acordo com as condições do meio, a maior densidade d'água é atingida a zero grau centígrado (daí o porquê da pedra de gelo flutuar na água em estado líquido).

A água, por suas peculiares características líquido-sólidas, torna um ambiente estratificável que influencia sobremaneira as dinâmicas químicas e biológicas dos corpos d'água (no nosso caso tanques). Entretanto, comparando-a com o meio aéreo, apresenta-se como um meio temperado, onde as flutuações extremas de suas características e temperatura se encontram mais amortizadas que no meio aéreo.

Através da condução, a radiação incidente na água é transformada em energia calorífica e nela se propaga, de molécula para molécula. Este processo de absorção de energia térmica é mais intenso quanto mais

se aproxima da superfície d'água, principalmente até um metro de profundidade, dessa forma, na ausência de fatores que provoquem a movimentação (turbulência) d'água (através do vento do funcionamento de aeradores, infusores de ar, motores, etc) ocorre estratificação da coluna d'água.

Essas diferenças térmicas observadas nestas camadas fazem com que hajam diferentes valores de densidade em cada uma delas, o que impede que ocorra a mistura d'água em toda a coluna, dessa forma, na ausência de fatores que provoquem turbulência na água, não haverá distribuição uniforme de calor. Quando o ambiente aquático apresenta-se estratificado termicamente, normalmente apresenta-se estratificado para quase todos os outros fatores físicos e químicos, com efeitos sobre as condições biológicas do ambiente, devido à grande inter-relação entre todos estes fatores. Este fenômeno é muito mais freqüente e com maiores conseqüências em regiões tropicais, devido às maiores temperaturas observadas, pois os limites entre as camadas tornam-se, como já ditas barreiras físicas, o que pode influenciar na qualidade d'água nas diferentes camadas, um exemplo é quanto a distribuição espacial dos gases no ambiente aquático.

Em um ambiente aquático estratifica-

do, a concentração de gases e sais, como O₂, CO₂, PO₄³⁻ apresenta comportamento diferenciado em cada camada. Neste tipo de ambiente, o extrato superior é rico em O₂, favorecendo a permanência de peixes. Entretanto, quanto à produtividade primária (fitoplâncton) não se apresenta favorável devido às baixas concentrações de CO₂ e PO₄³⁻, trazendo conseqüências na produção de zooplâncton na coluna de água, devido a que seu substrato (fitoplâncton) encontra melhores condições no estrato inferior do tanque, porém este estrato não tem disponibilidade de luz, o que é fundamental para a fotossíntese. De maneira geral, a distribuição e disponibilidade de gases e sais na coluna d'água afetam diretamente a distribuição e a sobrevivência dos organismos aquáticos.

Assim, é válido pensar que a estratificação térmica em tanques de piscicultura não é uma característica desejável, visto que suas implicações biológicas, principalmente quanto ao aspecto da distribuição de O₂ na coluna d'água que em situações de alta demanda biológica, pode tornar-se limitante para o bom desenvolvimento ou até para a sobrevivência dos peixes. Daí a importância do uso, quando necessário, de aeradores, que além de atuarem como oxigenadores, ainda desempenham papel importante na desestratificação dos ambientes aquáticos.



Detalhes de tanques de piscicultura no Paraná.

Em pauta, controle parasitário

Em sua recente viagem a Curitiba, o médico veterinário sul-africano, Jan Van Wyk, conversou com a reportagem do CRMV-PR. Professor da Universidade de Pretoria, na África do Sul, ele é o responsável pelo desenvolvimento do Método Famacha®, análise pelo aspecto da conjuntiva interna de ovinos e de caprinos. A técnica já foi incluída na grade curricular de várias instituições de ensino tanto nas disciplinas de doenças parasitárias quanto nas de ovino-caprinocultura. Mais de 1,5 mil técnicos foram treinados com o método, uma vez que se utiliza a criação orgânica, obtendo assim produtos diferenciados. Confira a entrevista.

O que é o Método Famacha® e em que ele se baseia?

O Método Famacha® foi desenvolvido na África do Sul e consiste na avaliação da anemia de ovinos e caprinos em relação à coloração da conjuntiva ocular, para identificar somente animais que estão infectados por parasitas sugadores de sangue. O objetivo é tratar somente animais com coloração pálida. Então, para facilitar esta observação, foi desenvolvido um cartão de cores, para que os técnicos tenham maior acurácia no momento da classificação, dispensando o uso de técnicas laboratoriais.

Os elevados prejuízos econômicos e a resistência parasitária contra todas as drogas, foram os principais motivos que levaram ao desenvolvimento de uma nova estratégia de controle, principalmente contra o *Haemonchus contortus*. O Método Famacha®, tem o objetivo de reduzir a resistência tratando seletivamente os animais.

Quais os primeiros passos para introduzir o método em uma propriedade?

É essencial que o técnico seja

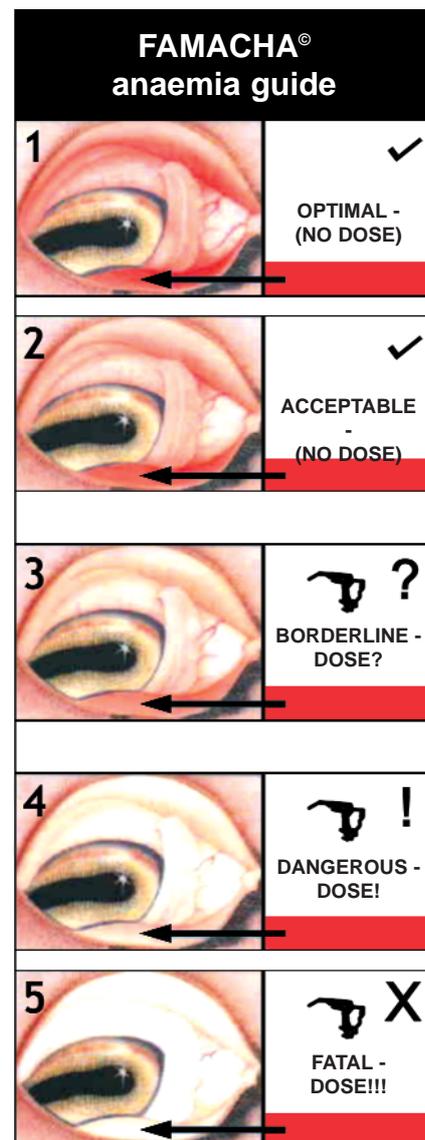
devidamente treinado para se obter sucesso com o método. A indicação de deixar vários animais sem tratamento, o que aumentaria a taxa de infestação da pastagem, pode assustar pessoas não acostumadas. Porém, testes realizados na África do Sul e no Brasil, demonstraram que isto não é problema, quando o método é aplicado corretamente.

A condição de deixar animais sem o devido tratamento, pode apresentar muitos riscos, quando se utiliza a estratégia de tratamento seletivo. Então, deve-se estar atento para que isto não imponha risco aos animais e prejuízo para o criador. Os técnicos devem ser alertados dos fatores limitantes do método como: correta avaliação dos graus, intervalo entre avaliações, outros fatores causadores de anemia, outras espécies de parasitas da região e um ponto em especial, que o *H. contortus* não causa queda na condição corporal dos animais.

Como o método pode auxiliar contra o desenvolvimento da resistência dos parasitas aos anti-helmínticos?

No caso do Método Famacha®, existe a possibilidade de deixar parasitas que têm origem susceptível transmitirem esta característica para outras gerações, quando os animais não são tratados. O professor Molento relatou que no Brasil algumas propriedades apresentaram redução de até 90% no número de doses, mesmo nos períodos de maior infecção. Então, a chance de manutenção dos genes susceptíveis estaria assegurada. Em Cascavel, aqui no Paraná, existe uma propriedade que utiliza o mesmo antiparasitário há mais de cinco anos, sem a necessidade de rotação e com alta eficácia. Esse é o objetivo.

Como existirá um número imensamente maior de parasitas susceptíveis, tanto nos animais como na



pastagem, o gene resistente, mesmo sofrendo uma pequena pressão de seleção, será diluído. Chamamos a população que se mantém susceptível de refugia e como pode ser concluído, quanto maior a proporção dos genes susceptíveis maiores serão as chances de se manter a vida útil dos anti-helmínticos.

Uma pessoa pode aplicar o método apenas adquirindo a cartela ou deve fazer o curso do método?

As entidades responsáveis pelo desenvolvimento do método na África

“No Brasil algumas propriedades apresentaram redução de até 90% no número de doses, mesmo nos períodos de maior infecção.”

do Sul não permitem que o cartão seja vendido sem a segurança da realização do curso, devido às razões descritas acima. Para facilitar esta tarefa, muitas pessoas foram treinadas (Brasil, Argentina, México, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos, nos países da África e do Suleste Asiático) com o objetivo de repassar a técnica corretamente. O cartão também é oferecido a preço de custo para que exista ampla distribuição.

Pode-se utilizar única e exclusivamente Método Famacha[®], como controle parasitário em ovinos?

Deve-se deixar bem claro que mesmo utilizando o Método Famacha[®], corretamente, ele deve fazer parte de um sistema integrado de controle parasitário, mesmo contra o *H. contortus*. O técnico deve saber o intervalo correto entre avaliações e ter em mãos um

“O tempo de avaliação é outra vantagem. É possível avaliar até 500 animais em uma hora de trabalho, quando se tem boas instalações.”

medicamento de alta eficácia, para o tratamento daqueles animais anêmicos/infectados. Também é importante obter informações com outros métodos de diagnóstico, da incidência de outros tipos de parasitas e eventuais sinais clínicos.

Quais são as limitações do método?

Primeiramente, a incidência e diagnóstico de parasitas não-sugadores. Para estes casos pode-se usar o escore de condição corporal e o sistema DAG, que é a classificação da diarreia de acordo com a sugeira do membro posterior.

Quais são as vantagens do método em relação à praticidade e ao custo-benefício?

Adicionando a redução da seleção da resistência parasitária em relação ao uso convencional de controle parasitário (tratamento profilático de todos os animais em períodos curtos) existe a possibilidade de selecionar hospedeiros no próprio rebanho. Isto é possível usando a análise BLUP (Best Linear Unbiased Prediction) que prediz com boa margem de segurança os animais para descarte e reprodução, melhorando consideravelmente a habilidade do rebanho em suportar o ataque parasitário. Quando este sistema é usado, pode-se esperar uma redução progressiva dos tratamentos, melhora dos índices produtivos e redução significativa dos custos. Em relação a este último benefício, os fazendeiros da África do Sul estimaram ganho médio de 55%, comparado ao período anterior.

O tempo de avaliação é outra vantagem. É possível avaliar até 500 animais em uma hora de trabalho, quando se tem boas instalações. No Brasil, o professor Molento tem acompanhado vários técnicos em rebanhos pequenos (até 50 animais) e grandes (mais de 5000 animais), sempre acompanhado de anotações em planilhas. Os dados são enviados para o Banco de Dados da UFPR (molento@ufpr.br) e avaliados.

Cada rebanho apresenta características diferentes e o produtor pode discutir as estratégias de manejo para melhor aproveitamento dos recursos humano e animal.

O que são animais resistentes e resilientes?

Existe grande diversidade genética (susceptível e resistente) entre os animais de um mesmo rebanho, assim como nos parasitas. Isto pode ser observado pelo resultado do exame de fezes. Entretanto, a resistência nos hospedeiros pode ser observada de duas maneiras: (1^o) resistência do hospedeiro contra a infecção através de mecanismos de prevenção, estabelecimento ou imunidade; (2^o) resiliência. O animal resiliente é aquele que apresenta certo grau de infecção, porém não apresenta sinais clínicos visíveis.

Então, como o Método Famacha[®] não consegue diferenciar entre estes dois indivíduos, o animal resiliente é um bom aliado, pois estes não receberão tratamento e irão contaminar a pastagem com parasitas susceptíveis - refugia. Finalizando, o grau de contaminação da pastagem não será problema devido ao programa de descarte que deve ser adotado pelo produtor, com a manutenção de animais que serão aptos ao contato com os parasitas, não requerendo tratamento.

* A matéria contou com o apoio dos médicos veterinários Jannifer Silva Caldas e Marcelo Beltrão Molento, professor da UFPR.



Ovelha adulta no grau 3 do Guia Famacha[®] de anemia.

Perfil dos consumidores de leite informal de Palotina (PR)

Por: Luciano dos Santos Bersot, professor da UFPR - Campus Palotina, é responsável pela disciplina de Inspeção em POA.

Vinicius Cunha Barcellos, médico veterinário e docente da UFPR - Campus Palotina. Ministra a disciplina de Tecnologia de POA.

Débora de Souza Motta, médica veterinária e pós-graduanda em Vigilância Sanitária e Epidemiologia em Saúde, da Unipar.

Júlia Arantes Galvão, acadêmica do Curso de Medicina Veterinária, UFPR, Campus Palotina.

Por uma questão regulamentar e de saúde pública, os produtos de origem animal devem ser inspecionados por médicos veterinários ligados aos órgãos competentes de fiscalização antes de serem expostos à venda, para garantir sua inocuidade e uma qualidade mínima aceitável. Contudo, a comercialização direta do leite cru pelo produtor é uma prática freqüente em grande parte do país (BADINI et al., 1996). A praticidade, os preços acessíveis, as questões culturais e o desconhecimento dos perigos que esse tipo de produto pode representar a saúde do consumidor, são fatores contribuintes para a continuidade ou aumento da comercialização desse leite chamado de "clandestino" ou "informal".

Palotina está localizada ao noroeste do Paraná, com uma população estimada de 25.765 habitantes, sendo 5.031 na área rural, segundo dados do IBGE (2000). Por ser um município onde a principal atividade econômica é a agropecuária, a zona rural se funde à área urbana, e não é incomum encontrarmos nas ruas o leite produzido por pequenos produtores sendo transportado em garrafas ou em sacos plásticos, cujo destino é a venda direta ao consumidor. Com isso, o presente trabalho teve por objetivo realizar um levantamento do perfil dos consumidores de leite no município de Palotina, visando identificar o consumidor de leite informal e avaliar seus conhecimentos quanto aos riscos que este tipo de leite pode causar.

Metodologia

Através de um questionário padrão, foram realizadas 235 entrevistas feitas de

porta em porta e escolhidas ao acaso, na região central de Palotina, no período entre fevereiro e junho de 2005.

Resultados

Pela Figura 1 pode ser observado o perfil do consumidor de leite em Palotina.

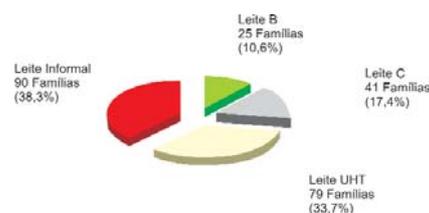


Figura 1: Perfil do consumidor de leite, do total de 235 entrevistas realizadas com os moradores de Palotina/PR durante os meses de fevereiro e junho de 2005.

É importante ressaltar que, apesar do grande percentual de aquisição de leite informal (38,3%), o seu consumo só ocorria após a fervura doméstica. Dentre as 90 famílias que declararam o consumo de leite direto do produtor, pode-se observar pela Figura 2, a principal motivação para este consumo.

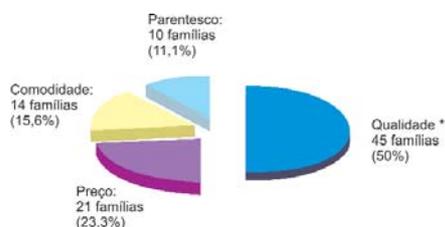


Figura 2: Motivação declarada pelos consumidores de leite informal do total de 90 famílias entrevistadas entre os meses de fevereiro e junho de 2005, em Palotina.

* Foi considerado como atributo de qualidade o relato espontâneo do entrevistado que considerou o produto mais "forte" e de melhor sabor.

Mais de 75% dos entrevistados desconheciam os problemas que o consumo de leite informal poderia trazer. Outros 24% dos entrevistados citaram a febre aftosa como principal doença que poderia ser transmitida pelo leite cru, seguidas da brucelose, tuberculose e problemas entéricos. Segundo Olival & Spexoto (2002), a população acre-

dita que a febre aftosa seja o principal problema do leite, que em termos de saúde pública. No entanto, bactérias patogênicas como *Staphylococcus aureus*, *Salmonella*, entre outras, devem ser consideradas epidemiologicamente mais importantes na ocorrência das Enfermidades Transmitidas por Alimentos, tendo o leite como veículo.

As questões que estão envolvidas na comercialização do leite informal são aquelas de ordem sócio-econômicas, como exemplo, a insegurança no mercado e a falta de políticas para pequenos produtores o que acarreta na decisão do produtor em seguir para o mercado informal. Contudo, para o consumidor interessa, principalmente, a questão de saúde pública. Devido a todos esses fatores, o leite informal deve ser considerado um problema cultural, social e tecnológico, tanto para os produtores quanto para os consumidores.

Conclusão

Pelos dados obtidos neste trabalho fica evidente a constatação de que é grande a comercialização de leite informal no município de Palotina e a desinformação do consumidor a respeito dos perigos que podem ser verdadeiramente veiculados por esse tipo de produto.

De qualquer modo, o problema evidenciado deve ser encarado como uma questão sócio-econômica e cultural, e que políticas públicas devem ser adotadas como forma de garantir aos pequenos produtores, condições mínimas que permitam o seu sustento na cadeia produtiva do leite.

Referências

- BADINI, K. et al. Risco à saúde representado pelo consumo de leite cru comercializado clandestinamente. *Revista de saúde pública*. v. 30, n. 6, p.549-522, 1996.
- IBGE. Capturado em 05 jul. 2005 Disponível na Internet: www.ibge.gov.br/cidadesat/defuelt.php
- OLIVAL, A.; SPEXOTO, A.A. Levantamento do hábito de consumo de leite informal em Pirassununga, SP. Mar. 2002a. Capturado em 05 jul. 2005. Radars técnicos (on line). Disponível na internet: www.milkpoint.com.br/mn/radarestecnicos/artigos.asp?nv=1&area_desc=qualidade+do+leite&id_artigo=19750&perM=8perA=2005

Novos Inscritos

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
0831 ZP	CAMILA GEORGIA COMARELLA	6.736 VP	GRAZIELLE C. GARCIA SORESINI	6.776 VP	BARBARA HELIODORA VISSER
0832 ZP	JEAN LORUSSO FERREIRA	6.737 VP	JOCIMARA MAZUR GARCIA	6.780 VP	DIOGO CESAR L. OLIVEIRA FARIA
0834 ZP	RODRIGO RUTHS	6.739 VP	ANDRE SCUCATO MINIOLI	6.781 VP	MICHELLE B. LOPES DE MORAES
0835 ZP	RODRIGO FERRI ZAMARIAN	6.740 VP	EVERTON HENRIQUE FERREIRA	6.782 VP	FLAVIO DIAS MIRANDA
0836 ZP	DANIEL HENRIQUE DE P. TEIXEIRA	6.741 VP	MARCIA APARECIDA DE FREITAS	6.783 VP	JULIANA BASTOS THOMAZELLI
0839 ZP	FABIO SCALON E SPIGOLON	6.742 VP	LUCIANA ANTONIETA BIANCONI	6.784 VP	FABIANA M. PONTES DA ROCHA
0840 ZP	ELIANE CARINA KLUCINEC	6.743 VP	CARLOS EDUARDO SIENA	6.785 VP	PRISCILA MAFRA ZOCOLOTTI
0841 ZP	ALCYR FERREIRA BRAGA	6.744 VP	PATRICIA ROSA FONTES	6.786 VP	ANDREA GOBBO MIRANDA
0842 ZP	VANICE MARLI FULBER	6.745 VP	FABIO DE CAMPOS	6.787 VP	CLAUDIANE CASAL HOFFMANN
6.552 VP	CIRO MEIRELLES	6.746 VP	MARCELO TIRELLI DE SIQUEIRA	6.788 VP	JAQUELINE RAFAELA STEILEIN
6.708 VP	ROBERTA S. MOUCHBAHANI	6.747 VP	ROBSON JOSE REIS PINTO	6.789 VP	MARIANNE DIAS MIRANDA
6.709 VP	ANA LUISE SPINARDI	6.748 VP	FERNANDO LATRONICO	6.790 VP	LORAYNE N. K. BANASZEWSKI
6.710 VP	GILMARA DE PAULA DA LUZ	6.752 VP	ANTONIO CASQUEL NETO	6.791 VP	MAIRA GROHMANN JUNQUEIRA
6.711 VP	DANIELA BABA	6.753 VP	TELMA DOS SANTOS LIMA	6.792 VP	PRISCILLA CONTADOR NAPOLI
6.712 VP	KARINA CRISTINA PUGGESI RUBIN	6.757 VP	JEFFERSON DOUGLAS GAZZI	6.793 VP	FLAVIA BRYLYNSKYI FERREIRA
6.713 VP	KENIO FERREIRA MUNHOZ	6.758 VP	ANDRIUS JOHN CANAL	6.794 VP	FRANCELLE FERNANDEZ SHINKAI
6.714 VP	JONI TANAMATI	6.759 VP	ANA PAULA D'ARCE C. B. KUMMEL	6.795 VP	MARCELA ANDRADE MALUF
6.715 VP	DOUGLAS FURTADO MAGNANI	6.760 VP	ALEXANDRE AMORIM MONTEIRO	6.796 VP	MARIA CRISTINA PADILHA CALDAS
6.716 VP	DANIEL COTRIM GARCIA	6.761 VP	ROBERTO BORGES RIBEIRO	6.808 VP	KLEDIR ANDERSON H.SPOHR
6.717 VP	RENATO LUIZ TRINDADE	6.762 VP	LARISSA SGOBI DESTRO	6.809 VP	ANA PAULA GUIDELI
6.727 VP	MARINA RENEE SALGADO	6.763 VP	CESAR AUGUSTO L. DE LIMA FILHO	6.810 VP	PHILIPP KELLER
6.728 VP	LEANDRO CAVALCANTE LIPINSKI	6.764 VP	ERICK JORGE P. HAUSZLER	6.814 VP	SYLVIA SALIONI CAMARGO NOVAES
6.729 VP	MICHELLY CARVALHO	6.765 VP	TANIA CAMPOS SOUZA	6.816 VP	JUAN VAN DER VINNE
6.730 VP	LUCIANA BARBISAN KISPERGUE	6.766 VP	RICARDO CAZURA F. VASCO	6.817 VP	GLEDSON G. ACUÑA RAMIREZ
6.731 VP	TATIANA MATTOS	6.767 VP	DANILO TANCLER STIPP	6.818 VP	GILSON MARASCHIN
6.732 VP	ELAINE TAIS LARGURA	6.768 VP	TIAGO RODRIGUES CASIMIRO	6.820 VP	ELLEN HARUMI F. MARUBAYASHI
6.733 VP	FLAVIA CRISTHINE SCREMIN	6.769 VP	JOAO PAULO DINARDI DE PINHO	6.823 VP	LETICIA FANUCCHI
6.734 VP	ANDREA BASTOS DE OLIVEIRA	6.770 VP	ANTONIO BORGES WERNER		
6.735 VP	ANIE IEDA FRANCBANDIERA	6.771 VP	ROVALDO SCARIOT		

Inscrição Cancelada

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
0056 ZP	RUI ALBERTO MANSUR FORTES	3.623 VP	ADRIANO TOMITAM	5.517 VP	MARCIA MARINHO LUZARDO
0453 ZP	GENESIO GIOCONDO JUNIOR	3.624 VP	FABIOLA VOZNIKA GUIMARAES	5.973 VP	JULIANA CRISTINA DE SOUZA
0626 ZP	JOSE ROBERTO C. M. CORREA	3.833 VP	JOSE RICARDO T. MARQUES	6.284 VP	SHARON KARLA LUDERS MEZA
0686 ZP	ANDREA HATZENBERGER	3.901 VP	RODRIGO DA ROCHA CARARO	6.323 VP	VANESSA DEL P. DE OLIVEIRA
1.098 VP	HENRIQUE NOIVO DELGADO	5.076 VP	MICHELLY KHEIDY B. BATTISTI	6.421 VP	RODRIGO SANTOS LIMA ROSA
2.892 VP	RALF PIPER	5.189 VP	FABIO ROSSETTO DA ROSA		

Inscrição Secundária

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
6.718 VS	SERGIO JOAO DALAGNOL	6.749 VS	RICHARD LUIS HOBI	6.802 VS	JACKIELINE SAMPAIO STEINLE
6.719 VS	RAIMUNDO J. T. DE ARAUJO PEREIRA	6.750 VS	JULIANA BRAGAZZI CUNHA	6.803 VS	VANESSA R. FOLETTO DA SILVA
6.720 VS	RENATO BUSO	6.755 VS	EVANDRO MANSUR DE OLIVEIRA	6.804 VS	MARCONI RODRIGUES DE FARIAS
6.721 VS	ARILTON FUJIO NARITA	6.777 VS	LUCAS IGLESIAS DE SOUZA	6.813 VS	SUZANA DE SOUZA NODARI
6.722 VS	ALESSANDRO A. PLENTER BELUCIO	6.778 VS	OSWALDO SCANNAPIECO NETTO	6.821 VS	JOSIANE GRIEBELER
6.738 VS	CRISTHIANO F. CALDERARO	6.779 VS	ADRIANA GLADYS BENITE DISEGNA	6.822 VP	MARCIANO ANDRE VIZZOTTO

Secundária Cancelada

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
2.867 VS	NELIO CIPRIANI	5.723 VS	JOSE FERNANDO MORGANTI SILVA	2.347 VS	ANTONIO CARLOS HEINZEN
5.328 VS	MARCELO SOARES	3.613 VS	CLAUDIA BEATRIZ M. DE CARVALHO	3.183 VS	MILTON MITSUMASSA MIZUMA

Transferência Concedida

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
2.643 VP	LUIZ EDUARDO HELLER	5.352 VP	IRINA LOPES CAMPASSI	6.210 VP	MIRENE CORRER
2.810 VP	CELIA ROSIMARIE DOS REIS	5.378 VP	FABIANI DE PAIVA VIEIRA	6.231 VP	RONALDO FERREIRA TRINDADE
4.048 VP	ODAIR HUTTEL	5.719 VP	FERNANDO LUERSEN	6.455 VP	JULIANA AGUIAR
4.284 VP	FABIO LEANDRO RIBEIRO	5.972 VP	CARLOS ALEXANDRE SILVA BARRA	6.458 VP	JOYCE HISAYAMA
4.688 VP	CESAR AUGUSTO NUNES	5.974 VP	ANDRE DOMINGOS MAZIERO	6.576 VP	ADRIANA FERRARI
4.963 VP	DEBORA DE AVILA SILVA	6.009 VP	JONINE RAYANE WOITEXEN	6.629 VP	PAULO STEIN KOJO
5.294 VP	VALMOR CRISTIANO LICHESKI	6.189 VP	LEANDRO CUNHA VENDRUSCOLO		

Transferência Recebidas

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
0833 ZP	ALOISE DUARTE	6.754 VP	FLAVIO MARTINS FILHO	6.805 VP	ANA CAROLINA PERIOTTO
0837 ZP	MARCO ANTONIO ASSOLARI	6.756 VP	FELIPE MENDES SOARES SAES	6.806 VP	DANIELLA CRISTINA L. DE OLIVEIRA
3.106 VP	VERA LUCIA MARQUES	6.772 VP	LESSANA DE MOURA GONCALVES	6.807 VP	CRISTIANA BARUEL TERRA
4.644 VP	ANDREA ELIANA L. DE OLIVEIRA	6.774 VP	MARIA ESTHER GONCALVES	6.811 VP	RAQUEL REIS MARTINS
6.723 VP	RAQUEL MORAES MAFESSONI	6.775 VP	ARTHUR BORGES NETO	6.812 VP	LEONARDO RAZENTE
6.724 VP	LUIZ FERNANDO DRUMOND	6.798 VP	KEILA CRISTINA DE LIMA	6.815 VP	DANIEL COUTO DE BRITO
6.725 VP	NATALIE COTRIM ZAHDI	6.799 VP	ANA PAULA BORGES MACIEL	6.824 VP	CYNTHIA BACELAR MARINS
6.726 VP	VALTER BAMPI	6.800 VP	RAIMUNDO ALBERTO TOSTES		
6.751 VP	YURI FILGUEIRAS ARAUJO	6.801 VP	ELINO VOLPATO JUNIOR		

Transferência Concedida por Transferência

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
4.306 VP	EIDI YOSHIHARA	6.184 VP	VIRGINIA PISATI JANSEN		

Transferência Recebida por Transferência

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
0838 ZP	SERGIO A. PORTES DE SOUZA	4.593 VP	FABIOLA SANGIORGIO	5.834 VP	MARCOS JARDEL FRIEDRICH
3.117 VP	ADRIANA TSUZAKI	4.652 VP	MAICON GAISSLER LORENA PINTO	6.773 VP	SONIA CRISTINA DAROZ DE MORAIS
3.265 VP	SIMONE CANEPARO	5.172 VP	LIGIA DE LIMA MOURA	6.797 VP	SILVIO MITSUO SUGETA
4.267 VP	ANA MARIA FRANCIOSI	5.260 VP	ALEXANDRE JOSE GERALDO	6.819 VP	GERALDO TETSUTARO SHUKURI

Professores negam existência de aftosa no Paraná

Os professores Amauri Alfieri, da UEL, e Raimundo Alberto Tostes, do Cesumar, rebateram o diagnóstico positivo de febre aftosa no Paraná, na audiência pública promovida, dia 13 de dezembro, pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Câmara de Deputados, em Brasília. Na Assembléia Legislativa do Paraná, também participaram de audiência pública, ocasião em que reafirmaram a inexistência da doença no Estado. Baseados em dados científicos, eles afirmaram que as sintomatologias apresentadas aliadas aos testes sorológicos não são suficientes para caracterizar febre aftosa.

O professor Amauri Alfieri, doutor em virologia animal, citou pesquisa científica que revela que alguns animais vacinados apresentam resultado soropositivo no tipo de teste feito nos animais do Paraná.

O coordenador do curso de Medicina Veterinária do Cesumar, professor Raimundo Alberto Tostes, também afirmou que os animais que apresentaram lesões não tinham sintomatologia claramente provocada por febre aftosa. Para ele, as lesões poderiam ser em consequência do transporte ou até mesmo pelo cansaço do leilão, causando estresse ou outras doenças, como a

diarréia viral bovina em sua forma aguda. “Endosso as considerações técnico-científicas dos profissionais paranaenses”, disse o presidente CRMV-PR, Masaru Sugai. Na opinião dele, a apresentação dos professores foi clara, objetiva e consistente.

Entretanto, Gabriel Alves Maciel e Jamil Gomes de Souza, garantiram que o diagnóstico de focos de aftosa no Paraná foi correto. Os representantes do Mapa garantiram que as regras para a determinação do foco são estabelecidas pela OIE e que o Ministério apenas aplicou os critérios determinados.

Estavam presentes na reunião o secretário de Defesa Agropecuária, Gabriel Alves Maciel, o coordenador-geral de Combate às Doenças do Mapa, Jamil Gomes de Souza, o chefe do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária do Paraná, Felisberto Queiroz Batista, e o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai. A audiência pública foi solicitada pelos deputados paranaenses Abelardo Lupion, Assis Miguel Couto, Dilceu Sperafico e Moacir Micheletto.

Cristiane Borges





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA RESOLUÇÃO N° 807, DE 28 DE OUTUBRO DE 2005

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2006, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária CFMV/CRMVs, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, alínea "F", combinado com art.31, ambos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e considerando ser atribuição do Conselho Federal de Medicina Veterinária a fixação dos valores das anuidades, taxas e emolumentos;

- considerando a função social exercida pelos órgãos de fiscalização do exercício profissional;
- considerando as manifestações dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária para o estabelecimento dos referidos valores;
- considerando a edição da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;
- considerando, finalmente, a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na CLXXVII Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de outubro de 2005;

Resolve:

CAPÍTULO I DAS ANUIDADES E TAXAS

Art. 1º O valor da anuidade de pessoa física, para o exercício de 2006, será de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

Art. 2º A anuidade de pessoa jurídica, para o exercício de 2006, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

I - até R\$ 5.320,50	R\$ 354,24
II - acima de R\$ 5.320,50 até R\$ 31.923,00	R\$ 517,32
III - acima de R\$ 31.923,00 até R\$ 138.333,00	R\$ 667,44
IV - acima de R\$ 138.333,00 até R\$ 287.307,00	R\$ 774,36
V - acima de R\$ 287.307,00 até R\$ 1.383.330,00	R\$ 993,60
VI - acima de R\$ 1.383.330,00 até R\$ 2.873.070,00	R\$ 1.196,64
VII - acima de R\$ 2.873.070,00	R\$ 1.493,64

§ 1º É facultada a cobrança de anuidade complementar à pessoa jurídica sempre que ocorrer atualização do capital social.

§ 2º Os Conselhos utilizarão, sempre que disponíveis, os dados do último balanço patrimonial da pessoa jurídica, para atualizar o capital social, com finalidade de cálculo do valor da anuidade.

Art. 3º O pagamento da anuidade de 2006 poderá ser efetuado até 31 de janeiro com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de parcelamento prevista no art.4º desta Resolução.

Art. 4º O pagamento poderá, ainda, ser efetuado em 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de janeiro, a segunda em 28 de fevereiro e a terceira em 31 de março.

Art. 5º Os valores das taxas e emolumentos serão os seguintes:

I - Inscrição de Pessoa Física (definitiva e secundária)	R\$ 33,00
II - Registro de Pessoa Jurídica	R\$ 115,00
III - Expedição de Carteira de Identidade Profissional	R\$ 33,00
IV - Substituição ou 2ª Via de Carteira	R\$ 58,00
V - Certificado de Regularidade	R\$ 33,00
VI - Registro de Título de Especialista	R\$ 33,00

Art. 6º Após 31 de março de 2006, as anuidades de pessoas físicas e jurídicas serão acrescidas de multa de 20% e juros moratórios à taxa mensal de 1% (um por cento), além de correção monetária pelo índice de preços ao consumidor - IPC.

Parágrafo único. Os acréscimos serão calculados sobre o valor da anuidade corrigida.

Art. 7º Por ocasião do registro da pessoa física ou jurídica, será cobrado o valor relativo aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do exercício, incluído o mês de requerimento.

Art. 8º A cobrança da anuidade e taxas devidas por pessoas físicas e jurídicas será feita por meio de sistema de cobrança compartilhada, obrigatória, em que o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do Conselho Federal de Medicina Veterinária será creditado em sua conta, no ato do seu recolhimento, automaticamente.

Parágrafo único. Qualquer atraso no repasse de valores, quer referentes a anuidades de que trata esta Resolução, quer referentes a débitos anteriores, sofrerão multa no valor de 20% (vinte por cento) a ser paga pelo Presidente e Tesoureiro, solidariamente.

Art. 9º Os Conselhos Regionais deverão encaminhar ao Conselho Federal, até o dia 31 de dezembro de 2005, cópia do Convênio firmado com a instituição bancária oficial, nos termos da Resolução nº 664/2000.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS A DÉBITOS ANTERIORES A 2005

Art. 10. É facultado aos Conselhos Regionais o parcelamento de débito dos exercícios anteriores a 2005 em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único. Sobre o débito de que trata este artigo incidirão, além da multa, juros moratórios à taxa mensal de 1%.

Art. 11. O parcelamento do débito deverá ser procedido mediante requerimento do interessado, com a formalização de contrato e reconhecimento da dívida, do valor e do parcelamento.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo firmado implica retorno à condição do débito anterior e impede o benefício do parcelamento.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O não cumprimento ao estabelecido nesta Resolução importará em responsabilidade do Presidente, sujeito às penalidades da lei de improbidade administrativa e responsabilidade fiscal, sem prejuízo de outras sanções civis, penais e administrativas.

Art. 13. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO
Secretário-Geral do Conselho

A consequência das grandes realizações são as comemorações.

RDO *B r a s i l*



O CRMV-PR deseja muita paz, felicidade e um ótimo início de ano.



CRMV-PR